

47

1

Ata da Quadragésima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Às dez horas e vinte e cinco minutos, do dia seis de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na sala 310 do edifício sede do Ministério da Justiça iniciou - se a Quadragésima Sétima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presentes os conselheiros titulares Charles Pranke Vice-Presidente (AMENCAR); Alayde Sant'Anna (MJ); Valdete Martins (CFESS); Elizeu Calsing (MPAS); Ana Maria Wilhelm (Fundação ABRINQ); Ivanildo Franzosi (Casa Civil); Eurídice Nóbrega Vidigal (MF); Márcio Sanchez (MNMRR); Eláine Paes (OMEF); Ana Maria Chagas (MPO); Ana Cândida Perez (MRE); Normando Santos (ABONG); Margarita Garcia (ANCED); Marilda Marfan (MEC); Cláudio Silva (Fé e Alegria); Júlio Brunacci (MS). Esteve presente ainda, em tempo parcial, a representante do MTB, Beatriz Pilori. Em virtude da ausência justificada, do conselheiro Raymundo Mesquita foi convocada e esteve presente a representante do MNDH, conselheira Francisca Silva. Ausência também justificada, do conselheiro Antonio Amaral e Silva. Ausência não justificada, do MINC. Estiveram também presentes, Wanderlino Nogueira (UNICEF/MJ); Teresinha Dantas (FDCA/Bahia); Pe. Plínio Possobom, presidente do CONDECA/SP e Maria Silva de Castro, do Conselho Estadual de Roraima. O Vice-Presidente, Charles Pranke abriu os trabalhos e submeteu à plenária tendo sido deliberada a seguinte pauta: I - Abertura; II - Avaliação e encaminhamentos da II Conferência, Informe e propostas do GT de Organização da II Conferência; III - Leitura, discussão e aprovação das Atas da 45ª e 46ª assembleias ordinárias; IV - Articulação CONANDA/CNAS, informe e questionário proposto pela comissão conjunta CONANDA/CNAS; V - Agenda do CONANDA e VI - Outros assuntos: Dossiê sobre o Conselho Municipal de Direitos e sobre o Fundo de Recife/PE; apresentação do Projeto Prefeito Criança e Informe sobre o seminário ECPAT/Brasil. Após a leitura do comunicado da ex conselheira Ana Lúcia Marino Valente (MF), aos conselheiros do CONANDA, o Vice-Presidente anunciou a presença da nova representante do MF, conselheira Eurídice Nóbrega Vidigal a quem desejou boas vindas. Dando início a avaliação da II Conferência, o Vice-Presidente apresentou um informe sobre a reunião de avaliação do GT de organização da conferência, destacando que este evento se realizou sem transtornos e que foi muito positiva a sistematização dos relatórios estaduais e dos resultados dos trabalhos em grupo. Informou ainda, que o GT decidiu que as propostas aprovadas fossem encaminhadas ao conselheiro Amaral e Silva e ao Wanderlino Nogueira para uma avaliação quanto à legalidade, à institucionalidade e à competência. E ainda que, apresentaria à plenária do CONANDA a sugestão da elaboração de dois produtos da conferência, os anais e uma publicação contendo uma síntese das propostas e a definição do que é o CONANDA, seus objetivos e suas prioridades. Na avaliação da conselheira Valdete Martins a II Conferência foi um momento em que todo o país se mobilizou e apresentou propostas para implementação e operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Destacou ainda, que as propostas expressam a vivência daqueles que trabalham com a prioridade absoluta; a presença da quase totalidade dos delegados e ainda, o apoio dos órgãos governamentais na reprodução do relatório de sistematização das propostas estaduais. A conselheira Margarita Garcia argumentou que um evento deste porte exige mais tempo de preparação e mais recursos financeiros. Observou que faltou tempo para uma maior mobilização, principalmente nos municípios e que a ausência de debates após os painéis foi prejudicial. Ressaltou ainda que, os painéis foram bem executados, que as propostas apresentadas são ricas e complexas e que o CONANDA deve receber as propostas "sem juízo", ou seja, deve-se ter juízo de ouvir a sociedade através de seus delegados ou de seus integrantes em geral. Prosseguindo, a conselheira Francisca Silva leu a avaliação do conselheiro Raymundo Mesquita que justificou sua ausência em decorrência do descumprimento da agenda previamente definida. Lamentou a ausência dos conselheiros titulares governamentais e não governamentais no último dia de trabalho e ainda, as indefinições que existiram até as vésperas da conferência dificultando a preparação dos delegados estaduais. Destacou a resistência heróica daqueles que compareceram a mesa da plenária final e cumprimentou Ana Maria Wilhelm pela presença da mídia na cobertura da conferência. Francisca Silva afirmou que a conferência foi um momento de reencontro daqueles que têm compromisso com a prioridade absoluta, mas que os painéis poderiam ter oferecido uma maior contribuição e que houve poucos avanços no que já se vinha discutindo e implementando. Afirmou ainda, que é urgente uma discussão sobre conselhos tutelares e fundos. Registrou também, que o Vice-

Presidente não poderia ter se ausentado antes do término dos trabalhos, uma vez que a conferência foi agendada com antecedência. Márcio Sanchez ratificou a importância e urgência do debate sobre fundos e conselhos tutelares e destacou a importância da realização do evento e do empenho da SE/CONANDA. Normando Santos ressaltou a participação dos representantes do judiciário e a importância do papel do CONANDA e dos conselhos de direitos. Avaliação corroborada por Elaine Lima que acrescentou que a conferência fortaleceu o CONANDA e indicou caminhos. Ana Maria Wilhelm avaliou que houve ausência de politização do temário, que a conferência não impactou as políticas públicas, ficando a impressão de que as decisões continuam sendo tomadas paralelamente e mais, que o evento não foi importante do ponto de vista político. Recomendou a definição de uma agenda mínima e afirmou que o enfoque acentuado sobre o CONANDA reflete uma postura dos participantes em relação ao poder. Questionou a não manifestação dos representantes governamentais. Ivanildo Franzosi, da Casa Civil declarou que a conferência consagrou uma relação mais madura entre governo e não governo. Alayde Sant'Anna(MJ) afirmou que concordava com a avaliação feita pelos conselheiros presentes e informou que o DCA/MJ tem uma política de capacitação dos conselheiros tutelares através de um convênio com o MNMMR e a ANCED. E mais, que o conselho tutelar é uma prioridade e que o MJ está encaminhando o projeto SIPIA e que este projeto será comprometido se não houver um fortalecimento dos conselhos tutelares. Elizeu Calsing declarou que gostaria de apresentar uma avaliação do ponto de vista institucional e nesse sentido, os participantes da SAS foram orientados a fazer uma avaliação a partir das linhas do SGD e dos 7 anos do ECA. Mas, a conferência magna e as conferências de avaliação dos 7 anos do ECA não contribuíram para tal. Declarou ainda, que é contra se levar documentos prontos para uma conferência, o que limita a apresentação de novos ganhos e também, que os painéis poderiam ter sido melhor preparados. Parabenizou a equipe de sistematização. Todos os conselheiros da sociedade civil que se manifestaram foram unânimes em afirmar que politicamente foi muito importante a não aprovação de nenhuma proposta de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao retomar os trabalhos no período da tarde, o conselheiro Ivanildo Franzosi propôs e foi aceito por todos encaminhar uma moção de apoio à aprovação do PL 2353/96 que assegura a gratuidade do registro civil e do atestado de óbito. Foram designados para redigir esta moção Wanderlino Nogueira, Ivanildo Franzosi e Júlio Brunacci. Foi também aprovada a proposta de Ana Maria Wilhelm de enviar os cumprimentos do CONANDA ao governador Mário Covas, ao deputado Pedro Dallari e ao Presidente da Assembléia Legislativa /SP pela aprovação do PL 871/95 que altera o dispositivo da Lei 6544/89, que dispõe sobre licitações e contratos, no sentido de exigir das empresas prestadoras de serviços, fornecedores de equipamentos e de mão-de-obra ao governo a comprovação de não utilização de mão-de-obra infantil. A seguir, Valdete Martins apresentou os resultados da avaliação da II Conferência feita voluntariamente pelos participantes do evento. Aproximadamente 18% responderam a ficha de avaliação. Constatou-se uma contradição entre as respostas dadas às questões fechadas e às abertas. Esta avaliação será reexaminada e constatará dos anais da conferência. Abriu-se a discussão sobre os produtos da II conferência e sobre a delegação de competência dada ao CONANDA pela plenária final da conferência para apreciar as recomendações. Esta delegação de competência foi questionada pelas conselheiras Margarita Garcia e Alayde Sant'Anna que argumentaram que a plenária do CONANDA não pode substituir a plenária da conferência. Decidiu-se que as Recomendações farão parte dos anais, na forma como foram propostas na conferência e que serão encaminhadas aos GTs e Comissões Temáticas para uma avaliação e posterior incorporação ou não nas suas agendas de trabalho. Foi aprovado, por unanimidade, 18 votos que os anais da conferência serão distribuídos somente aos conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente e que, um documento elaborado pelo CONANDA sobre a II conferência, portanto de sua responsabilidade será amplamente distribuído. Wanderlino Nogueira sugeriu que em respeito a deliberação da própria conferência as propostas aprovadas sejam apresentadas pelos eixos temáticos e não pelas linhas do Sistema de Garantia de Direitos. Ao informar à plenária que a avaliação das propostas aprovadas na conferência solicitada a ele, Wanderlino Nogueira e ao conselheiro Amaral e Silva seria apresentada no dia seguinte, considerou oportuno indagar aos presentes se o CONANDA é apenas formulador da Política de Direitos Humanos para a área da criança e do adolescente ou se é o grande articulador e advogado das causas da criança e do adolescente. Na primeira hipótese haveria um número muito restrito de resoluções a serem deliberadas e, um número grande delas se confirmada a

segunda. Sobre esta questão a conselheira Margarita Garcia argumentou que a política do CONANDA é de garantia e defesa de direitos e que o documento preparado pelo Wanderlino Nogueira e Amaral e Silva será subsídio para a elaboração do documento do CONANDA sobre a II Conferência. Afirmou, a conselheira Alayde Sant'Anna que política de direitos humanos é uma política do Governo Federal e que o Ministério da Justiça entende que o CONANDA é o grande articulador da política voltada para a criança e o adolescente. Este conselho é deliberativo e tem uma importância legal muito relevante, diferentemente dos outros conselhos do MJ que são consultivos. A conselheira Ana Maria Wilhelm declarou que esta discussão era muito oportuna e que a Fundação Abrinq sempre entendeu que este conselho é um conselho de direitos. Sobre o selo de valorização do ECA, lançado na II Conferência abriu-se o debate sobre a definição de estratégias do seu uso e da continuidade do processo iniciado quando do seu lançamento. Ana Maria Wilhelm observou que há dois caminhos, liberar o uso do selo ou recomendar que os conselhos estaduais e municipais de direitos sejam os detentores da concessão do seu uso. Valdete Martins defendeu que deve-se aprovar a normatização do seu uso através de uma Resolução. Foram sugeridos alguns critérios de julgamento para concessão do uso do selo, a saber: entidades participantes dos Fóruns de Direitos da Criança e do Adolescentes; entidades cadastradas nos conselhos de direitos; hospitais amigos da criança. Sugeriu, a conselheira Euridice Vidigal (MF) que se parta do pressuposto do uso correto do selo, na hipótese contrária o CONANDA penalizaria quem o utilizasse mal. A conselheira Alayde Sant'Anna propôs que se discutisse também o uso da logomarca do CONANDA. A conselheira Ana Maria Wilhelm ficou como referência para o encaminhamento de sugestões e incumbida de sistematizá-las numa proposta. A seguir, o conselheiro Márcio Sanchez apresentou um informe sobre o I Encontro do ECPAT End. Children Prostitution In Ásia Tourism Brasil. Foi aprovado por 13 votos que o GT sobre Exploração e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes definirá as estratégias de sua participação no ECPAT/Brasil. Prosseguindo, os trabalhos da quadragésima sétima assembléia, o Vice-Presidente no dia sete de outubro abriu os trabalhos às 10:00 horas e procedeu-se a discussão e aprovação, sem destaque, da ata da 45ª assembléia e da 46ª assembléia, com correções pertinentes. Sobre os encaminhamentos deliberados na 45ª assembléia registrou-se que a nota alusiva à comemoração dos 7 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente foi redigida pelo conselheiro Charles Franke encaminhada à SNDH e, que a reunião do MJ, MRE e CONANDA sobre a situação de crianças em situação de risco na Ciudad del Esta não foi articulada pela conselheira Alayde Sant'Anna. A seguir, o conselheiro Ivanildo Franzosi apresentou a proposta de moção de apoio à aprovação do PL 2353/96 que dispõe sobre a gratuidade dos registros civil e de óbito, que foi ratificada pelo plenário. O Projeto Prefeito Criança, da Fundação Abrinq foi apresentado pela conselheira Ana Maria Wilhelm. Informou a conselheira que este projeto já está implantado em 81% dos municípios com até 80.000 (oitenta mil) habitantes e que se trata de uma rede de pessoas, instituições e da sociedade civil. Indagou a representante da Fundação Abrinq se há interesse do CONANDA em ser parceiro neste projeto. A conselheira Margarita Garcia entregou ao Vice-Presidente o dossiê de Pernambuco sobre o Fundo e o Conselho Municipal de Direitos de Recife. A conselheira afirmou que traz a preocupação de se discutir como o CONANDA pode fortalecer o caráter deliberativo dos conselhos de direitos. A conselheira Alayde Sant'Anna propôs que o parecer sobre o referido dossiê fosse elaborado pelo DCA/MJ. Ficou acordado, que o DCA apresentará a proposta do MJ que será apreciada pelo CONANDA. O informe sobre a articulação do CONANDA/CNAS foi apresentado pela conselheira Valdete Martins. Ela fez um breve histórico desta articulação que teve início em setembro/96, numa assembléia conjunta dos dois conselhos, onde se deliberou a constituição de um GT e de seu programa de trabalho. O CONANDA está representado neste grupo pelo MPAS e CFESS e o CNAS, pelo MEC e MNMMR. Ficou também aprovado, que ao término deste programa de trabalho haveria uma plenária conjunta dos dois conselhos para avaliação dos resultados. A conselheira Alayde Sant'Anna questionou a importância destas reuniões conjuntas, sobretudo se for considerado o custo/benefício. Mas, esclarecido que a reunião conjunta se realizará no espaço das assembléias ordinárias dos dois conselhos, a conselheira afirmou que não havia mais motivo para preocupação. A conselheira sugeriu ainda, que seria mais oportuno discutir sobre os passos conjuntos do CONANDA/CNAS após o planejamento estratégico. A conselheira Margarita Garcia propôs uma interlocução entre as comissões de políticas públicas do CONANDA/CNAS. O conselheiro Charles Franke leu as respostas ao

questionário para o levantamento de informações relativas às relações, atribuições e interfaces do CONANDA/CNAS, que foram aprovadas pelos presentes, com ressalva à 3ª questão cuja resposta será redigida pelo conselheiro Elizeu Calsing, representante do MPAS, no GT do CONANDA/CNAS. A conselheira Margarita Garcia declarou que é questionável o fato das respostas do CONANDA ter o mesmo peso das respostas dos demais integrantes do universo pesquisado. A discussão sobre a agenda do CONANDA foi iniciada pela conselheira Alayde Sant'Anna que indagou aos presentes sobre a aceitação da proposta de seis assembleias ao ano e a determinação do Regimento Interno do CONANDA, de assembleias mensais. Os conselheiros Cláudio Silva e Margarita Garcia propuseram a reabertura da discussão sobre a agenda, ainda para 97, face as muitas tarefas e os encaminhamentos que deverão ser propostos após o planejamento estratégico. Afirmou a representante do MJ que foi decidido administrativamente, que após a II Conferência só seriam realizadas duas assembleias e sugeriu que o Vice-Presidente informasse à plenária sobre a reunião com Dr. Gregori. O conselheiro Charles Pranke, Vice-Presidente informou que na reunião com o Secretário Nacional dos Direitos Humanos, a conselheira Alayde Sant'Anna propôs seis assembleias ao ano, uma assembleia ampliada e reuniões dos GTs e/ou das Comissões Temáticas, desde que justificada a importância das mesmas e que, nessa oportunidade, ele argumentou que o Regimento Interno do CONANDA determina assembleias ordinárias mensais. Defendendo a referida proposta, a representante do MJ argumentou que a mesma não se restringia ao aspecto econômico, e que as reuniões bimestrais permitiriam uma melhor preparação e uma reflexão mais aprofundada das propostas. Se a plenária decidir diferente vamos criar um impasse e mais, a mudança de estratégia fortalecerá o conselho. Questionou a conselheira Ana Maria Wilhelm o que foi considerado para tomar a decisão, quais as razões financeiras. Margarita Garcia indagou qual a eficácia de nossa intervenção. Inicialmente, havia um problema financeiro, mas neste momento vejo o impasse de como fazer o planejamento estratégico e como dar os encaminhamentos posteriores a ele. E mais, o que podemos fazer com a disponibilidade que temos. Observou a representante do MJ que o processo político é dinâmico e que a negociação não está encerrada. Este é o momento que estamos e se comprometeu a advogar junto à SNDH para que o planejamento seja realizado em três dias. Foi proposto pelos conselheiros Normando Santos, Francisca Silva e Márcio Sanchez que após o planejamento estratégico se fizesse uma nova negociação. A representante da Fundação Abrinq declarou que gostaria de integrar a comissão responsável pela articulação do Planejamento Estratégico e afirmou que poderia contribuir no que se refere a missão do conselho. A representante da ANCED propôs que dada as características do CONANDA seria mais interessante focar o plano de ação, seus custos, isto é um planejamento dentro de um marco lógico, que se torne um instrumento de monitoramento. Observou ainda que, o mais importante a longo prazo é o que propôs a conselheira Ana Maria Wilhelm, mas o que lhe parece mais adequado é um plano de ação. A proposta foi aceita pelos presentes. Os conselheiros Charles Pranke, Ana Maria Wilhelm e a representante do DCA, Leilá Leonards foram incumbidos de dar os encaminhamentos relativos ao Planejamento Estratégico. A conselheira Francisca Silva (MNDH) foi designada para representar o CONANDA no Seminário Internacional de Políticas e Programas para Famílias, promovido pela SAS/MPAS. A seguir, registramos a vinda pela primeira vez ao CONANDA, do Ministro da Justiça e Presidente deste conselho, Iris Rezende. Após receber as boas vindas do Vice-Presidente, Charles Pranke, o Ministro declarou que nos últimos anos o Governo Federal e a sociedade têm dado muito atenção à criança. Atenção esta que pode ser comprovada pela aprovação do ECA e da lei de criação do CONANDA, órgão normatizador que decide no campo das políticas. Afirmou que, após tomar conhecimento dos integrantes e das instituições que compõem o conselho se sentia muito amparado e tranquilo dada a qualificação do seu substituto, referindo-se ao Vice-Presidente, Charles Pranke. Ressaltou o sentimento de patriotismo dos conselheiros dada a relevância do serviço público que prestam. Declarou ainda, que tem acompanhado as preocupações, as resoluções e as decisões do CONANDA. E mais, disse aos conselheiros que diante da total confiança que lhes dedica, que se sintam à vontade para acioná-lo, sempre que for preciso, inclusive no caso de recursos. Podem me usar. Afirmou que ficou impressionado com a quantidade de pessoas envolvidas com a causa na II Conferência. Manifestou sua convicção de que toda criança deve receber ensinamento religioso e seu respeito à convicção dos outros. Na avaliação do Sr. Ministro o trabalho da Comunidade Solidária de fazer com que o governo reconheça o espírito humanitário e participativo do povo brasileiro. Espera que o CONANDA crie junto aos

conselhos estaduais este sentimento humanitário. Agradeceu em nome do MJ e do Governo o trabalho pela criança, realizado pelo conselho, e mais uma vez se colocou à disposição a qualquer hora, afirmando que sempre que o colegiado quiser a opinião de mais um, que o chame. O Vice-Presidente entregou ao Sr. Presidente folder do Estatuto Presente e o conselheiro Ivanildo Franzosi solicitou seu apoio à aprovação no Senado, do PL que assegura a gratuidade do registro civil para todos. Retomando a discussão sobre a implementação do uso do Selo de Valorização do ECA, a conselheira Ana Maria Wilhelm foi designada para elaborar e apresentar proposta a ser encaminhada à SE/CONANDA. A referida conselheira fez a leitura do texto a ser encaminhado pelo Presidente do CONANDA à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República solicitando que o logotipo do ECA seja utilizado em todos os assuntos que têm relação direta com os direitos da criança, por todos os ministérios e repartições públicas. A Secretaria Executiva foi incumbida de encaminhar o texto ao Ministro da Justiça e Presidente do CONANDA. Foi também proposto, que se faça gestão junto ao MEC para incluir no currículo escolar a discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. A representante do MEC, Marilda Marfan considerou a idéia excelente e sugeriu dois caminhos os parâmetros curriculares e a programação da TV Escola. Sugeriu a conselheira Eurídice Vidigal que o CONANDA apresentasse a sua proposta também ao CONSEDE. A conselheira Alayde Sant'Anna afirmou que os adolescentes não conhecem o ECA, são ainda objetos e que precisamos torná-los parceiros. Propôs então, um GT para discutir sobre a juventude e que este fornecesse subsídios ao MJ para a formulação de uma política para a juventude. A seguir, Wanderlino Nogueira Neto fez a leitura do parecer técnico elaborado por ele e pelo conselheiro Amaral e Silva e sugeriu que uma comissão do CONANDA fizesse uma avaliação política das propostas aprovadas na II Conferência, para que o colegiado decida sobre que propostas serão objeto de resolução e outros encaminhamentos. Os conselheiros Ivanildo Franzosi, Elaine Lima e Márcio Sanchez foram designados para constituir a comissão de avaliação das 193 propostas, também como subsídio para o Planejamento Estratégico. O conselheiro Rosber Almeida propôs a divulgação das propostas da II Conferência na Home Page do CONANDA, sobretudo diante das insistentes solicitações dos conselhos de direitos. Argumentou a conselheira Alayde Sant'Anna que a divulgação destas pela INTERNET, com incorreções, será desserviço. Foi também aprovado por unanimidade, 14 votos, que os conselheiros Ivanildo Franzosi e Eurídice Nóbrega Vidigal elaborassem uma solicitação ao MRE, MF e à Secretaria Federal de Controle Interno para incluir dispositivo na Lei nº 8.666/93 e alterações que exija das empresas o compromisso de não utilização de mão-de-obra infantil. Os conselheiros Charles Pranke e Alayde Sant'Anna foram incumbidos de fazer uma seleção das moções aprovadas na II Conferência e de informar à SE/CONANDA. As moções selecionadas, por consenso, serão encaminhadas e as demais deverão aguardar a apreciação do colegiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

ISA MARIA DE OLIVEIRA
ISA MARIA DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Charles Pranke
CHARLES PRANKE
Vice-Presidente